

Submissão do InternetLab ao Comitê de Supervisão no caso 2021-001-FB-FBR

Francisco Brito Cruz, diretor

Mariana Giorgetti Valente, diretora

Artur Pericles Lima Monteiro, coordenador de pesquisa, liberdade de expressão

Heloisa Massaro, coordenadora de pesquisa, informação & política

Como parte das crescentes demandas para que as plataformas policiem conteúdo de usuários, para garantir uma atmosfera saudável, em termos de danos online e offline, muitas pessoas vêm chamando atenção para o uso de mídias sociais por funcionários públicos de alto escalão ou candidatos a esses cargos. Como líderes políticos, esses indivíduos constituem um grupo de usuários que desempenham um papel crucial para o discurso público: estão em posição de legitimar, neutralizar ou amplificar comportamentos com notória repercussão social e política. Além disso, costumam a ser vozes importantes no que diz respeito à representação política e ao dissenso.

Nós, na posição de uma organização brasileira de pesquisa, não abordaremos as questões específicas ao contexto deste caso. Em vez disso, nossa contribuição tem por norte como a declaração consultiva do Comitê de Supervisão e sua decisão afetarão outros países. À medida que mídias sociais se tornam uma parte vital da infraestrutura que hospeda conversas democráticas, é essencial que as políticas das plataformas aplicadas contra líderes políticos sejam previsíveis e evitem juízos iníquos ou viés contra determinados países e regiões. Para tanto, é preciso que o Facebook igualmente se ponha a serviço de valores democráticos e conte com a mesma capacidade de resposta no contexto de todos os países em que deseja operar.

Embora a empresa já tenha rotulado ou removido conteúdo postado por líderes políticos, ainda não havia tomado medidas mais graves contra eles. Tomou essa decisão agora, com a suspensão indefinida do então Presidente dos Estados Unidos. Queremos levar à consideração do Comitê a importância de recomendar ao Facebook que tome esta oportunidade para projetar um protocolo ou desenvolver uma política que seja apropriada e atenda às diferentes realidades sociopolíticas ao redor do mundo. O gatilho para a aplicação deste protocolo pode estar na intersecção de três elementos das Normas da Comunidade sobre lideranças políticas: interesse noticioso (*newsworthiness*)relevância midiática, integridade eleitoral e proteção contra danos ou violência.

A recomendação do Comitê deve destacar os seguintes pontos a serem considerados pelo Facebook:

- Uma questão central no que se refere à criação de um protocolo é que ele não deve vir à custa de comprometer a legitimidade dos resultados eleitorais. Com as campanhas cada vez mais se voltando para as mídias sociais, todos os candidatos devem em geral gozar das mesmas oportunidades para persuadir os eleitores. Se, por exemplo, candidatos que buscam a reeleição em eleições presidenciais são beneficiados com



exceções dos Padrões Comunitários, aqueles que já estão no poder têm uma vantagem injusta. O mesmo se aplica aos candidatos que não ocupam cargos eletivos no momento da campanha. *Para que o Facebook contribua com a realização de eleições justas, é crucial que todos os candidatos estejam submetidos às mesmas regras ao utilizarem as mídias sociais.*

- *Também é preciso que as políticas do Facebook sejam explícitas quanto a questionamentos de resultados eleitorais.* Ainda que impugnar resultados oficiais não seja um problema em si, e mesmo considerando que os candidatos têm direito de defender seu ponto de vista, o Facebook não pode apenas observar a plataforma ser usada para amplificar alegações sem embasamento que ameacem as instituições democráticas. Violência e outros danos decorrentes são um componente importante na criação dessa política, mas outro componente deve ser a persistência de instituições legítimas. A política do Facebook quanto a questionamentos de resultados eleitorais deve ser clara em relação ao momento em que um limite for quebrado, para que candidatos e outras pessoas estejam apropriadamente informados e de sobreaviso e possam saber quais ações podem ser tomadas contra eles. Também deve ficar claro como o Facebook determinará se um limite foi quebrado. Isso exigirá que o Facebook entenda como as autoridades eleitorais operam e em que momento os candidatos esgotam todos os meios disponíveis para impugnar os resultados, além da realidade política local.
- *A transparência nas normas aplicáveis aos líderes políticos também exige que as políticas sejam enunciadas de forma acessível e organizada.* As políticas do Facebook referentes a essas pessoas estão atualmente dispersas entre as declarações dos diretores da empresa e de porta-vozes para a mídia nacional e internacional, além de discursos públicos feitos pela liderança da empresa, postagens no blog Facebook Newsroom e assim por diante. A suspensão indefinida de Trump e o raciocínio que lhe deu embasamento foram anunciados em uma atualização de status do Facebook por Zuckerberg. Os usuários deveriam encontrar o protocolo do Facebook para moderação de conteúdo de liderança política em suas páginas de Padrões da Comunidade; juntamente com as regras para líderes políticos, ambas apresentadas em linguagem concisa, incluindo exemplos e especificações quando apropriado.
- *É essencial que decisões que digam respeito a violações aos Padrões da Comunidade por líderes políticos tenham elevada transparência,* incluindo quanto a análises anteriores sobre essas contas — mesmo nos casos em que o Facebook conclui não ter havido nenhuma violação de suas políticas, ou quando decide não agir sobre determinado caso. Muitas pessoas questionaram se foi genuína a fundamentação apresentada pelo Facebook para suspender, por considerarem que o ex-presidente dos Estados Unidos já tinha se portado de maneira semelhante anteriormente. Dado que o Facebook se absteve de tomar medidas mais sérias antes, muitos críticos alegam que a empresa agiu apenas por conveniência política. Conferir transparência a análises anteriores



que justificaram a não imposição de ações mais severas contra Donald Trump ajudaria a demonstrar integridade na aplicação das políticas, potencialmente respondendo algumas das críticas.

Diante do tempo limitado disponível para comentários públicos, essas são as considerações que gostaríamos de apresentar ao Comitê. Não pretendemos, por meio do presente documento, apresentar uma política completa sobre o assunto, nem esperamos que o Comitê de Supervisão emita uma junto com sua decisão. Em vez disso, instamos o Comitê a estabelecer diretrizes gerais que a empresa deve seguir em seu processo de desenvolvimento de políticas — cujo resultado poderá ser revisado pelo órgão posteriormente. Em 2019, o vice-presidente do Facebook, Nick Clegg, afirmou que *"No Facebook, nosso papel é garantir a existência de um campo de disputa justo, não sermos nós mesmos um jogador político"*. Nossa contribuição apresenta elementos que, a nosso ver, devem estar refletidos nas políticas do Facebook se a empresa realmente deseja honrar esse compromisso.

